



Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu

Rua Frei Vito Berscheid, 708 - 85.568-000 - Saudade do Iguaçu - PR - CNPJ 95.585.477/0001-92
E-mail: prefeitura@saudadedoiguacu.pr.gov.br - Telefax: (46) 3246-1166



LEI N.º 664, de 10 de novembro de 2011.

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a ratificar os termos da do Protocolo de Intenções Substitutivo, para a constituição do Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná – CIRUSPAR e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ratificar os termos do Protocolo de Intenções Substitutivo ao Protocolo de Intenções firmado em 15/06/2011 (Anexo I), adequando-o às condições de validade exigidas pela Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto Federal nº 6.017/2007, visando a regular constituição do Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná – CIRUSPAR.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 623, de 10 de agosto de 2011, que ratificou a participação do Município de Saudade do Iguaçu, no Consórcio, com base no Protocolo de Intenções firmado em 15/06/2011.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 10 de novembro de 2011.


Rogério Gallina
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL
"DIÁRIO DO SUDOESTE"

Nº 5327, de

11 / 11 / 2011

Pag nº 58 e 59



Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu

Rua Frei Vito Berscheid, 708 - 85.568-000 - Saudade do Iguaçu - PR - CNPJ 95.585.477/0001-92
E-mail: prefeitura@saudadedoiguacu.pr.gov.br - **Telefax: (46) 3246-1166**



PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Protocolo de Intenções que entre si firmam os Municípios de AMPÉRE, BARRACÃO, BELA VISTA DA CAROBA, BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, BOM JESUS DO SUL, BOM SUCESSO DO SUL, CAPANEMA, CHOPINZINHO, CLEVELÂNDIA, CORONEL DOMINGOS SOARES, CORONEL VIVIDA, CRUZEIRO DO IGUAÇU, DOIS VIZINHOS, ENÉAS MARQUES, FLOR DA SERRA DO SUL, FRANCISCO BELTRÃO, HONÓRIO SERPA, ITAPEJARA D'OESTE, MANFRINÓPOLIS, MANGUEIRINHA, MARIÓPOLIS, MARMELEIRO, NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, NOVA PRATA DO IGUAÇU, PALMAS, PATO BRANCO, PÉROLA DO OESTE, PINHAL DE SÃO BENTO, PLANALTO, PRANCHITA, REALEZA, RENASCENÇA, SALGADO FILHO, SALTO DO LONTRA, SANTA IZABEL DO OESTE, SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, SÃO JOÃO, SÃO JORGE DO OESTE, SAUDADE DO IGUAÇU, SULINA, VERÊ e VITORINO, neste ato representados por seus respectivos Prefeitos, com o objetivo de constituir regularmente o Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná, denominado de CIRUSPAR, por reconhecerem a importância e a necessidade de promover a implantação da Rede de Urgência e Emergência no Sudoeste PR, e:

CONSIDERANDO os termos do artigo 241, da Constituição Federal, assim definido: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos”;

CONSIDERANDO a regulamentação do dispositivo por meio da Lei Federal nº 11.107/2005, que “dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum e dá outras providências”

CONSIDERANDO os objetivos, princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) expostos nas Leis Federais nº 8.080/90 e 8.142/90;

RS



CONSIDERANDO as competências municipais para realizar ações e serviços objetivando o atendimento à saúde da população no âmbito da Política Nacional de Atenção às Urgências;

CONSIDERANDO A necessidade da constituição de um Consórcio Público de Direito Público para fins de organização da Rede de Urgência e Emergência e gerenciamento do Componente Pré-Hospitalar Móvel da Política de Urgência e Emergência, SAMU 192 SUDOESTE PR para atendimento a previsão legal do artigo 241 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 11.107/05 devidamente regulada pelo Decreto Federal nº 6.017/07;

CONSIDERANDO a decisão política adotada com o propósito de efetivar os interesses comuns por meio de consórcio público;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o Protocolo de Intenções firmado em 15/06/2011 aos requisitos da Lei Federal nº 11.107/2005 e do Decreto Federal nº 6.017/2007, a fim de que seja possível a constituição regular do Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná, denominado de CIRUSPAR;

RESOLVEM OS SUBSCRITORES ALTERAR OS TERMOS DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO EM 15/06/2011, CONVALIDANDO OS ATOS ATÉ ENTÃO PRATICADOS, MEDIANTE A SUBSCRIÇÃO DO PRESENTE PROTOCOLO DE INTENÇÕES SUBSTITUTIVO, FIRMANDO-O MEDIANTE AS SEGUINTE CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, DO PRAZO DE DURAÇÃO DA SEDE E DAS FINALIDADES

Cláusula 1ª. O presente Protocolo de Intenções visa a constituição de Consórcio Público, de acordo com as disposições contidas na Lei Federal nº 11.107/2005 e do Decreto Federal nº 6.017/2007, cuja denominação será CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGÊNCIAS DO SUDOESTE DEO PARANÁ – CIRUSPAR, denominado daqui por diante simplesmente CIRUSPAR.

Cláusula 2ª. O Consórcio Público CIRUSPAR terá prazo indeterminado de duração.



Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu

Rua Frei Vito Berscheid, 708 - 85.568-000 - Saudade do Iguaçu - PR - CNPJ 95.585.477/0001-92
E-mail:prefeitura@saudadedoiguacu.pr.gov.br - **Telefax: (46) 3246-1166**



Parágrafo Único. A extinção do Consórcio Público CIRUSPAR deverá ser precedida de deliberação em Assembléia Geral com quorum qualificado de 2/3 (dois terços) dos votos dos entes consorciados e mediante ratificação da extinção por Lei de todos os entes.

Clausula 3ª. O Consórcio Público CIRUSPAR terá como sede na Rua Olavo Bilac 377, Bairro Bortot, no Município de Pato Branco-Pr.

Parágrafo Único. A Sede poderá ser alterada, desde que assim disponha a Assembléia Geral, por voto de 2/3 (dois terços) dos entes consorciados.

Cláusula 4ª. O Consórcio Público CIRUSPAR tem por finalidade a execução de ações e serviços na área de regulação das urgências, transporte de pacientes graves e atendimento pré-hospitalar móvel que estejam ligados à Política Nacional de Atenção às Urgências do SUS, entre outras ações atinentes à saúde, em conformidade com a legislação pertinente, com a pactuação dos gestores do SUS e com os atos administrativos que lhe digam respeito.

Parágrafo Único. Para o cumprimento de sua finalidade o Consórcio Público CIRUSPAR terá por objetivos:

- a) executar, total ou em conjunto, as ações e serviços de saúde ligados à Rede de Urgência e Emergência na região Sudoeste do Paraná;
- b) gerenciar e otimizar recursos humanos, financeiros e materiais existentes e sob sua administração;
- c) realizar estudos, pesquisas ou projetos destinados à formação de recursos humanos nas áreas de interesse do consórcio para o cumprimento de sua finalidade;

CAPÍTULO II DOS ENTES CONSORCIADOS

Cláusula 5ª. O CIRUSPAR será composto inicialmente pelos Municípios da área de abrangência da Região Sudoeste do Estado do Paraná, legalmente reconhecidos, e que venham a aderir ao presente Protocolo de Intenções, mediante subscrição do Executivo e Ratificação pelo Legislativo de cada ente federativo.

Parágrafo Único. Poderão integrar o Consórcio Público CIRUSPAR, outros Municípios, o Estado do Paraná e a União, na forma da Lei Federal nº 11.107/2005 e do Decreto Federal nº 6.017/2007, desde que aprovada sua participação por voto de 2/3 (dois terços) da Assembléia Geral.



CAPÍTULO III DA ÁREA DE ATUAÇÃO

Cláusula 6ª. Considera-se como área de atuação do Consórcio Público CIRUSPAR a correspondente à soma dos territórios de cada um dos Municípios que o constituem.

CAPÍTULO IV DA FORMA DE CONSTITUIÇÃO JURÍDICA

Cláusula 7ª. O Consórcio Público CIRUSPAR constituir-se-á sob a forma de associação pública, com personalidade de direito público e natureza autárquica, adquirindo personalidade jurídica com a conversão do presente Protocolo de Intenções em Contrato de Consórcio, mediante a ratificação por Lei de no mínimo 2 (dois) dos entes subscritores, sem prejuízo dos demais que venham posteriormente integrá-lo, nos termos do art. 6º, §4º, do Decreto Federal nº 6.017/2007, deste Protocolo de Intenções e do Estatuto.

CAPÍTULO V DOS PODERES DE REPRESENTAÇÃO

Cláusula 8ª. Nos assuntos de interesse comum, assim compreendidos aqueles para cumprir a finalidade e os objetivos constantes da Cláusula 4ª deste Protocolo de Intenções, observadas as competências constitucionais e legais, terá o Consórcio Público poderes para representar os entes consorciados, perante todas as esferas de governo e entidades privadas de qualquer natureza.

CAPÍTULO VI DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO PÚBLICO E DA ASSEMBLÉIA GERAL

Cláusula 9ª. O CIRUSPAR será dotado da seguinte estrutura administrativa:

- I – ASSEMBLÉIA GERAL – composta por todos os entes consorciados, representando a instância máxima do consórcio;
- II – CONSELHO DELIBERATIVO;
- III – CONSELHO FISCAL;
- IV – SECRETARIA EXECUTIVA.



Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu

Rua Frei Vito Berscheid, 708 - 85.568-000 - Saudade do Iguaçu - PR - CNPJ 95.585.477/0001-92
E-mail: prefeitura@saudadedoiguacu.pr.gov.br - Telefax: (46) 3246-1166



Parágrafo Único. O Estatuto disporá sobre a organização, composição, atribuições e funcionamento de cada um dos órgãos que constituam a estrutura administrativa do CIRUSPAR.

Cláusula 10ª. A Assembléia Geral é a instância máxima de deliberação do Consórcio Público, composta por todos os entes federativos, competindo-lhe a elaboração, aprovação e modificação do Estatuto do Consórcio com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos entes consorciados, bem como a discussão e deliberação sobre matérias de sua competência.

Clausula 11ª. Compete à Assembléia Geral:

- I – homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções;
- II – aplicar a pena de exclusão do quadro de consorciados;
- III – aprovar os estatutos e suas alterações;
- IV – eleger o Presidente e o Vice-Presidente para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente, bem como destituí-lo.
- V – ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os membros da Secretaria Executiva;
- VI – aprovar:
 - a) o plano plurianual de investimentos;
 - b) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;
 - c) a realização de operações de crédito;
 - d) a fixação, a revisão e o reajuste de taxas, tarifas e outros preços públicos do Consórcio;
 - e) a alienação ou a oneração de bens do Consórcio;
 - f) os planos e regulamentos;
- VII – apreciar e sugerir medidas sobre:
 - a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;
 - b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

Cláusula 12ª. A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, a cada três meses, e extraordinariamente, quando for convocada pelo Presidente ou por, pelo menos, 1/5 dos entes consorciados.



Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu

Rua Frei Vito Berscheid, 708 - 85.568-000 - Saudade do Iguaçu - PR - CNPJ 95.585.477/0001-92
E-mail: prefeitura@saudadedoiguacu.pr.gov.br - Telefax: (46) 3246-1166



Cláusula 13ª. A Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, reunir-se-á, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços), no mínimo, dos consorciados e, em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número.

Cláusula 14ª. As deliberações da Assembléia Geral se darão por maioria simples de votos, exceto na elaboração, aprovação e alteração do Estatuto ou de dissolução do Consórcio, autorização para firmar Contratos de Gestão ou Termos de Parceria, quando será exigido o voto concorde de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos entes consorciados.

Cláusula 15ª. A convocação da Assembléia Geral será feita através de veículo oficial de imprensa escrita de circulação regional, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias sucessivos.

Cláusula 16ª. Em um mesmo edital serão feitas a primeira e a segunda convocação, dele constando a ordem do dia e o horário da sessão.

Cláusula 17ª. Cada ente federativo integrante do Consórcio Público contará com um único voto nas reuniões da Assembléia Geral.

Cláusula 18ª. O Conselho Deliberativo é a instância que define os aspectos operacionais do CIRUSPAR observadas as deliberações da Assembléia Geral e será constituído dentre os representantes de cada ente consorciado.

§1º. Caberá a Assembléia Geral a escolha dos membros do Conselho Deliberativo na forma do Estatuto.

§2º. Caberá ao Conselho Deliberativo a definição de critérios e requisitos necessários ao preenchimento de cargos e exercício das funções no âmbito do consórcio, assim como o estabelecimento da competente política salarial, na forma do Estatuto.

Cláusula 19ª. O Conselho Fiscal é a instância que afere aspectos administrativos e financeiros do CIRUSPAR e será constituído dentre os entes consorciados, respeitada a paridade entre as duas Regionais de Saúde, sendo que suas atribuições serão definidas em Estatuto próprio.

Parágrafo Único. Caberá à Assembléia Geral a escolha dos representantes do Conselho Fiscal, na forma do Estatuto.



Cláusula 20ª. A Secretaria Executiva é a instância que coordena a operacionalização das atividades que competem ao CIRUSPAR e será constituída pelos seguintes cargos de provimento em Comissão: Coordenador Geral, Coordenador Médico, Coordenador de Enfermagem, Gerente Administrativo e Coordenador do Controle Interno, cuja indicação dar-se-á pelo Conselho Deliberativo, respeitadas as condições impostas em normativa pertinente.

Cláusula 21ª. Cria-se no CIRUSPAR a Unidade de Controle Interno, consoante disposto nos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal.

§ 1º. O Coordenador do Controle Interno deverá ser ocupado por profissional, com escolaridade mínima de 3º grau, e conhecimento técnico na área de atuação.

§ 2º. O Controlador Interno poderá ser designado dentre o quadro de pessoal do CIRUSPAR ou mediante a cedência de servidor público de algum dos entes que compõem o CIRUSPAR, com atribuição de função gratificada.

CAPÍTULO VII DO REPRESENTANTE LEGAL DO CONSÓRCIO

Cláusula 22ª. Os entes federados integrantes do Consórcio Público CIRUSPAR elegerão o Presidente e Vice-Presidente por maioria simples.

Cláusula 23ª. O Presidente e o Vice-Presidente serão escolhido, obrigatoriamente, dentre os prefeitos dos Municípios que compuserem o Consórcio Público CIRUSPAR.

§1º. O Mandato do Presidente e do Vice- Presidente será de 2 (dois) anos, permitida a recondução ao cargo para um único período subsequente.

§2º. Os mandatos enceram-se no dia 31 de dezembro.

§3º. O primeiro mandato inicia-se quando da escolha do representante em Assembléia Geral de aprovação do Estatuto, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012, sendo que os demais sempre no dia 1º de janeiro do ano seguinte à escolha.

CAPÍTULO VIII DO PESSOAL

Cláusula 24ª. O Consórcio Público contará com quadro de pessoal composto de Cargos de Provimento em Comissão, conforme Tabela I, em anexo e de Empregados Públicos, conforme Tabela



Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu

Rua Frei Vito Berscheid, 708 - 85.568-000 - Saudade do Iguaçu - PR - CNPJ 95.585.477/0001-92
E-mail: prefeitura@saudadedoiguacu.pr.gov.br - Telefax: (46) 3246-1166



II, admitidos por meio de processo seletivo público, de acordo com as normas que orientam a administração pública.

§1º. O regime jurídico dos empregos será aquele previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, afastada qualquer disposição característica da carreira de servidor público, especialmente a estabilidade no serviço, sendo que serão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

§2º. A alteração no número de vagas, fixação da remuneração, da jornada de trabalho, das atribuições e lotação de cada um dos cargos será disciplinada pelo Conselho Deliberativo, na forma que definir o Estatuto;

§3º. O quadro de pessoal e disposições correlatas poderão ser alterados pelo Conselho Deliberativo, na forma que definir o Estatuto.

Cláusula 25ª. Poderão ser contratados profissionais por tempo determinado, sem restrição de número, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo Único. Os casos que demandem a contratação temporária serão avaliados e autorizados pelo Conselho Deliberativo.

Cláusula 26ª. Os entes federados consorciados poderão ceder servidores que integrem seus quadros, desde que permitido em sua Legislação.

CAPÍTULO IX

DO CONTRATO DE GESTÃO E TERMO DE PARCERIA

Cláusula 27ª. O Consórcio Público poderá firmar Contratos de Gestão e Termos de Parceria, definidos na Lei n. 9.637/1998 e Lei n. 9.790/1999, respectivamente, por deliberação de 2/3 (dois terços) da Assembléia Geral.

CAPÍTULO XI

DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Cláusula 28ª. Os Municípios autorizam a gestão associada dos serviços públicos relacionados com a execução das finalidades consorciadas, em especial para:



Prefeitura Municipal de Saude do Iguaçu



Rua Frei Vito Berscheid, 708 - 85.568-000 - Saude do Iguaçu - PR - CNPJ 95.585.477/0001-92
E-mail: prefeitura@saudadedoiguacu.pr.gov.br - **Telefax: (46) 3246-1166**

- a) Manter em funcionamento as unidades de suporte básico e avançado, descentralizado em suas bases, observado o Plano de Atenção Integral às Urgências;
- b) Manter e gerenciar a estrutura de regulação e as estruturas regionais (Bases) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU);
- c) Manter em funcionamento a Central de Regulação Médica das Urgências, utilizando número exclusivo e gratuito - 192;
- d) Operacionalizar o funcionamento da Rede de Urgência e Emergência, equilibrando a distribuição da demanda de urgência e proporcionando resposta adequada e adaptada às necessidades do cidadão;
- e) Manter a regulação médica para o atendimento pré-hospitalar móvel de urgência, tanto em casos de traumas como em situações clínicas, prestando os cuidados médicos de urgência apropriados ao estado de saúde do cidadão e, quando se fizer necessário, transportá-lo com segurança e com o acompanhamento de profissionais da Rede de Atenção às Urgências até o ambulatório ou hospital;
- f) Regular e organizar as transferências inter-hospitalares de pacientes graves internados pelo SUS, ativando equipes apropriadas para as transferências de pacientes.

Cláusula 29^a. Para a consecução da gestão associada, os entes transferem ao consórcio o exercício das competências de planejamento, da regulação, da fiscalização e da execução dos serviços públicos que se fizerem necessários ao cumprimento da cláusula segunda.

Cláusula 30^a. Os Municípios prestam consentimento para o consórcio licitar ou outorgar concessão, permissão ou autorização na prestação dos serviços.

Cláusula 31^a. Ao Consórcio somente é permitido comparecer a contrato de programa para:

- a) na condição de contratado, prestar serviços públicos relacionados ao objeto consorciado, por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, tendo como contratante Município consorciado;
- b) na condição de contratante, delegar a prestação de serviços públicos relacionados ao objeto consorciado a órgão ou entidade de ente consorciado.



Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu

Rua Frei Vito Berscheid, 708 - 85.568-000 - Saudade do Iguaçu - PR - CNPJ 95.585.477/0001-92
E-mail: prefeitura@saudadedoiguacu.pr.gov.br - Telefax: (46) 3246-1166



Cláusula 32ª. Os contratos de programa serão firmados em conformidade com a Lei Federal nº 11.107/2005 e com o Decreto Federal nº 6.107/2007 e celebrados mediante dispensa de licitação, nos termos do Inciso XXVI do Art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula 33ª. Os contratos de programa celebrados pelo consórcio poderão estabelecer a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços contratados.

Cláusula 34ª. São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo consórcio público as que estabeleçam:

- a) o objeto, a área e o prazo da delegação dos serviços públicos contratados, inclusive a contratada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;
- b) o modo, a forma e as condições de prestação dos serviços;
- c) os critérios, indicadores, e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;
- d) os direitos, garantias e obrigações do contratante e do prestador, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futuras alterações e expansões dos serviços;
- e) as penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita o prestador dos serviços, inclusive quando consórcio público, e sua forma de aplicação;
- f) os casos de extinção;
- g) os bens reversíveis;
- h) a obrigatoriedade, a forma e a periodicidade da prestação de contas do consórcio público ou de outro prestador dos serviços, no que se refere à prestação dos serviços por gestão associada de serviço público;
- i) a periodicidade conforme a qual os serviços serão fiscalizados;
- j) o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

Cláusula 35ª. No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também serão necessárias as cláusulas que estabeleçam:

- a) os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;
- b) as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;
- c) o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;



Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu

Rua Frei Vito Berscheid, 708 - 85.568-000 - Saudade do Iguaçu - PR - CNPJ 95.585.477/0001-92
E-mail: prefeitura@saudadedoiguacu.pr.gov.br - Telefax: (46) 3246-1166



- d) a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;
- e) a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao prestador dos serviços, inclusive quando este for o consórcio; e
- f) o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas, taxas ou outras emergentes da prestação dos serviços.

Cláusula 36ª. Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade da administração direta do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo prestador dos serviços pelo período em que vigorar o contrato de programa.

Cláusula 37ª. O contrato de programa poderá autorizar o consórcio a emitir documentos de cobrança e a exercer atividades de arrecadação de taxas, de tarifas e outros preços públicos pelos serviços públicos prestados pelo consórcio ou por este delegados.

Cláusula 38ª. Nas operações de crédito contratadas pelo prestador dos serviços para investimentos nos serviços públicos dever-se-á indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

Cláusula 39ª. Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

Cláusula 40ª. A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e à viabilidade da prestação dos serviços pelo prestador, por razões de economia de escala ou de escopo.

Cláusula 41ª. O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

- a) o titular se retirar do consórcio ou da gestão associada, e



b) extinção do consórcio.

CAPÍTULO XII DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS

Cláusula 42ª. O consorciado adimplente tem o direito de exigir dos demais o cumprimento das obrigações previstas no presente Protocolo de Intenções que, depois de ratificado por Lei de cada ente consorciado, se constituirá em Contrato de Consórcio Público.

Cláusula 43ª. O Regimento Interno definirá a forma de pagamento, inadimplências, multas e ingresso de novos consorciados.

CAPÍTULO XIII DO CONTRATO DE RATEIO

Cláusula 44ª. A fim de transferir recursos ao consórcio público, será formalizado, em cada exercício financeiro, contrato de rateio entre os entes consorciados.

§1º. o prazo de vigência do contrato não será superior ao das dotações que o suportarem, ressalvadas as hipóteses dispostas no § 1º, artigo 8º, da Lei Federal nº 11.107/2005;

§2º. Cada ente consorciado efetuará a previsão de dotações suficientes na Lei orçamentária ou em créditos adicionais, sob pena de suspensão e, depois, exclusão do Consórcio Público.

CAPÍTULO XIV DA RETIRADA, EXCLUSÃO DO ENTE CONSORCIADO E DESTINAÇÃO DE BENS

Cláusula 45ª. Serão obedecidos os critérios de retirada, exclusão e destinação de bens do ente consorciado expressos nos Capítulos IV e V do Decreto Federal nº 6.017/07, sendo as especificidades estabelecidas quando da elaboração do Estatuto pela Assembléia Geral.



CAPÍTULO XV
DA ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO DO CONTRATO
DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Cláusula 46ª. O presente Protocolo de Intenções, convertido em Contrato de Consórcio Público por ratificação das Câmaras de Vereadores de pelo menos 2 (dois) entes signatários, somente poderá ser alterado ou extinto após aprovação de instrumento pela Assembléia Geral, por 2/3 (dois terços), e ratificado mediante Lei por todos os entes consorciados.

CAPÍTULO XVI
DA RATIFICAÇÃO

Cláusula 47ª. Após sua assinatura, o presente Protocolo de Intenções Substitutivo será submetido à ratificação pelas Câmaras de Vereadores de cada ente signatário, quando se converterá em Contrato de Consórcio Público, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 48ª. Como forma de garantir simultaneidade, recomenda-se que as leis de ratificação prevejam a sua entrada em vigor no dia 30 de outubro de 2011.

CAPÍTULO XVII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 49ª. O CIRUSPAR observará os princípios da administração pública, especialmente no que atine à aquisição de bens e serviços e publicidade de seus atos, de acordo com a Lei 8.666/93.

Cláusula 50ª. Os entes consorciados poderão ceder ao CIRUSPAR servidores e bens móveis e imóveis, observada a legislação própria.

Cláusula 51ª. Os critérios, condições e valores destinados ao financiamento das atividades do CIRUSPAR serão pactuados em Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

Cláusula 52ª. Os entes consorciados somente entregarão recursos financeiros ao CIRUSPAR mediante contrato de rateio, observado o artigo 13 do Decreto Federal nº 6017/07.



Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu

Rua Frei Vito Berscheid, 708 - 85.568-000 - Saudade do Iguaçu - PR - CNPJ 95.585.477/0001-92
E-mail: prefeitura@saudadedoiguacu.pr.gov.br - Telefax: (46) 3246-1166



Cláusula 53ª. A delegação de competências dos Chefes do Poder Executivo serão admitidas para o cumprimento de atribuições, desde que devidamente publicados.

Cláusula 54ª. Os casos omissos serão dirimidos em conformidade com a previsão na Lei Federal nº 11.107/2005 e no Decreto Federal nº 6.017/2007, que disciplina os consórcios públicos.

Cláusula 55ª. As partes signatárias se comprometem a empreender todas as ações necessárias a implementar, no menor tempo possível, as determinações constantes neste Protocolo de Intenções Substitutivo.

Cláusula 56ª. Com o presente Protocolo de Intenções Substitutivo ficam convalidados os atos até então praticados, especialmente o acordo de vontades dos entes subscritores em constituir o Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná – CIRUSPAR, mediante a subscrição do Protocolo de Intenções firmado em 15/06/2011 e ratificação por Lei.

E assim, por estarem devidamente ajustados, elegem o Foro da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, para dirimir eventuais controvérsias, firmando o presente Protocolo de Intenções em 3 (três) vias de igual forma e teor para publicação nos órgãos de imprensa oficiais de cada ente signatário.

Pato Branco, 10 de novembro de 2011.

Município de Ampére

Município de Barracão

Município de Bela Vista da Caroba

Município de Boa Esperança do Iguaçu

Município de Bom Sucesso do Sul

Município de Bom Jesus do Sul

Município de Capanema

Município de Coronel Domingos Soares



Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu

Rua Frei Vito Berscheid, 708 - 85.568-000 - Saudade do Iguaçu - PR - CNPJ 95.585.477/0001-92
E-mail: prefeitura@saudadedoiguacu.pr.gov.br - **Telefax: (46) 3246-1166**



Município de Chopinzinho

Município de Clevelândia

Município de Coronel Vivida

Município de Cruzeiro do Iguaçu

Município de Dois Vizinhos

Município de Enéas Marques

Município de Flor da Serra do Sul

Município de Francisco Beltrão

Município de Honório Serpa

Município de Itapejara d'Oeste

Município de Manfrinópolis

Município de Mangueirinha

Município de Mariópolis

Município de Marmeleiro

Município de Nova Esperança do Sudoeste

Município de Nova Prata do Iguaçu

Município de Palmas

Município de Pato Branco

Município de Pérola d'Oeste

Município de Pinhal do São Bento

Município de Planalto

Município de Pranchita

Município de Realeza



Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu

Rua Frei Vito Berscheid, 708 - 85.568-000 - Saudade do Iguaçu - PR - CNPJ 95.585.477/0001-92
E-mail: prefeitura@saudadedoiguacu.pr.gov.br - Telefax: (46) 3246-1166



Município de Renascença

Município de Salgado Filho

Município de Salto do Lontra

Município de Santa Izabel do Oeste

Município de Santo Antônio do Sudoeste

Município de São João

Município de São Jorge do Oeste

Município de Saudade do Iguaçu

Município de Sulina

Município de Verê

Município de Vitorino



Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu

Rua Frei Vito Berscheid, 708 - 85.568-000 - Saudade do Iguaçu - PR - CNPJ 95.585.477/0001-92
E-mail: prefeitura@saudadedoiguacu.pr.gov.br - Telefax: (46) 3246-1166



ANEXO I – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

1	COORDENADOR GERAL	R\$-4.500,00
1	COORDENADOR MÉDICO	R\$- 8.500,00
1	COORDENADOR ENFERMAGEM	R\$-3.500,00
1	COORDENADOR ADMINISTRATIVO	R\$-3.000,00
1	COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO	R\$ -2.000,00

ANEXO II – EMPREGOS PÚBLICOS ADMITIDOS POR SELEÇÃO PÚBLICA

1	CONTADOR	R\$-1.800,00
1	ADVOGADO	R\$-1.800,00
12	AUX. ADMINISTRATIVO	R\$-900,00
2	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	R\$-900,00
1	COORD. ALMOXARIFADO E FROTA	R\$-1.800,00
12	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	R\$-650,00
2	RECEPCIONISTAS	R\$-650,00
18	MÉDICOS REGULADORES ¹	R\$-5.152,00
10	TARMS ²	R\$-900,00
7	RÁDIO OPERADORES ³	R\$-900,00
28	MÉDICOS INTERVENCIONISTAS	R\$-5.152,00
24	ENFERMEIROS	R\$-2.300,00
1	FARMACÊUTICO	R\$-2.080,00
96	CONDUTORES	R\$-900,00
72	TÉCNICOS DE ENFERMAGEM	R\$-900,00

1 - R\$ 644,00 por plantão 12 Horas - 2 profissionais 24horas - 17 profissionais 20 horas

2 - postos de trabalho = 3dia/2noite

3 - profissional 30 horas

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUDE DO IGUAÇU -PR

LEI Nº 663, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a criação do cargo de arquiteta no âmbito do Poder Executivo.

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito Municipal de Saúde do Iguaçu, Estado do Paraná, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Poder Executivo, o seguinte cargo de provimento efetivo:
1 - 1 (um) arquiteto, 20hs semanais.

ROGERIO GALLINA

Prefeito Municipal

LEI Nº 663, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

ANEXO I

GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL

Arquiteto	01	20 horas semanais	R\$ 1.724,62
-----------	----	-------------------	--------------

LEI Nº 664, de 10 de novembro de 2011.

Sumula. Autoriza o Executivo Municipal a ratificar os termos da do Protocolo de Intenções Substitutivo para a constituição do Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná - CIRUSPAR e dá outras providências.

A CAMARA MUNICIPAL DE SAUDE DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANA, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ratificar os termos do Protocolo de Intenções Substitutivo ao Protocolo de Intenções firmado em 15/06/2011 (Anexo I), adequando-o às condições de validade exigidas pela Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto Federal nº 6.017/2007, visando a regular constituição do Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná - CIRUSPAR.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 623, de 10 de agosto de 2011, que ratificou a participação do Município de Saúde do Iguaçu, no Consórcio, com base no Protocolo de Intenções firmado em 15/06/2011.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saúde do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 10 de novembro de 2011.

Rogério Gallina

Prefeito Municipal

PROTÓCOLO DE INTENÇÕES

Protocolo de Intenções que entre si firmam os Municípios de AMPÉRE, BARRAÇÃO, BELA VISTA DA CARROBA, BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, BOM JESUS DO SUL, BOM SUCESSO DO SUL, CARANEMA, COPPINZINHA, CLEVELÂNDIA, CORONEL DOMINGOS SOARES, CORONEL VIVIDA, CRUZEIRO DO IGUAÇU DOIS VIZINHOS, ENÉAS MARQUES, FLOR DA SERRA DO SUL, FRANCOISCO BELTRÃO, HONÓRIO SERPA, ITAPEJARA DOESTE, MANFRINÓPOLIS, MANGUEIRINHA, MARIPÓLIS, MARRELEIRO, NOVA ESPERANÇA DO SUDESTE, NOVA PRAIA DO IGUAÇU, PALMAS, PATO BRANCO, PEÇOLA DO OESTE, PINHAL DE SÃO BENTO, PLANALTO, PRANCHITA, REALEZA, REMASCENÇA, SALGADO FILHO, SALTO DO LONTRA, SANTA IZABEL DO OESTE, SANTO ANTONIO DO SUDESTE, SÃO JOÃO, SÃO JORGE DO OESTE, SAUDE DO IGUAÇU, SULINA, VERÉ e VITORINO, neste ato representados por seus respectivos Prefeitos, com o objetivo de constituir, regulamentar o Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná, denominado de CIRUSPAR, por reconhecerem a importância e a necessidade de promover a implantação da Rede de Urgência e Emergência no Sudoeste PR. e:

CONSIDERANDO os termos do artigo 241, da Constituição Federal, assim definido: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinam por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos";

CONSIDERANDO a regulamentação do dispositivo por meio da Lei Federal nº 11.107/2005;

a) executar, total ou em conjunto, as ações e serviços de saúde ligados à Rede de Urgência e Emergência na região Sudoeste do Paraná;

b) gerenciar e otimizar recursos humanos, financeiros e materiais existentes e sob sua administração;

c) realizar estudos, pesquisas ou projetos destinados à formação de recursos humanos nas áreas de interesse do consórcio para o cumprimento de sua finalidade.

CAPÍTULO II

DOS ENTES CONSORCIADOS

Cláusula 5ª O CIRUSPAR será composto inicialmente pelos Municípios da área de abrangência da Região Sudoeste do Estado do Paraná, legalmente reconhecidos, e que venham a aderir ao presente Protocolo de Intenções, mediante assinatura do Executivo e Ratificação pelo Legislativo de cada ente federativo.

Parágrafo Único. Poderão integrar o Consórcio Público CIRUSPAR, outros Municípios, o Estado do Paraná e a União, na forma da Lei Federal nº 11.107/2005 e do Decreto Federal nº 6.017/2007, desde que aprovada sua participação por voto de 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral.

CAPÍTULO III

DA ÁREA DE ATUAÇÃO

Cláusula 6ª Considera-se como área de atuação do Consórcio Público CIRUSPAR a correspondente à soma dos territórios de cada um dos Municípios que o constituem.

CAPÍTULO IV

DA FORMA DE CONSTITUIÇÃO JURÍDICA

Cláusula 7ª O Consórcio Público CIRUSPAR constituir-se-á sob a forma de associação pública, com personalidade de direito público e natureza autárquica, adquirindo personalidade jurídica com a conversão do presente Protocolo de Intenções em Contrato de Consórcio, mediante a ratificação por Lei de no mínimo 2 (dois) dos entes signatários, sem prejuízo dos demais que venham posteriormente integrá-lo, nos termos do art. 6º, §4º, do Decreto Federal nº 6.017/2007, desde Protocolo de Intenções e do Estatuto.

CAPÍTULO V

DOS PODERES DE REPRESENTAÇÃO

Cláusula 8ª Nos assuntos de interesse comum, assim compreendidos aqueles para cumprir a finalidade e os objetivos constantes da Cláusula 4ª deste Protocolo de Intenções, observadas as competências constitucionais e legais, terá o Consórcio Público poderes para representar os entes consorciados, perante todas as esferas de governo e entidades privadas de qualquer natureza.

CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

E DA ASSEMBLEIA GERAL

Cláusula 9ª O CIRUSPAR será dotado da seguinte estrutura administrativa:

I - ASSEMBLEIA GERAL - composta por todos os entes consorciados, representando a instância máxima do consórcio;

II - CONSELHO DELIBERATIVO;

III - CONSELHO FISCAL;

IV - SECRETARIA EXECUTIVA.

Parágrafo Único. O Estatuto disporá sobre a organização, composição, atribuições e funcionamento de cada um dos órgãos que constituam a estrutura administrativa do CIRUSPAR.

Cláusula 10ª A Assembleia Geral é a instância máxima de deliberação do Consórcio Público, composta por todos os entes federativos, competindo-lhe a elaboração, aprovação e modificação do Estatuto do Consórcio com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos entes consorciados, bem como a discussão e deliberação sobre matérias de sua competência.

Cláusula 11ª Compete à Assembleia Geral:

§2º Caberá ao Conselho Deliberativo a definição de critérios e requisitos necessários ao preenchimento de cargos e exercício das funções no âmbito do consórcio, assim como o estabelecimento da competente política salarial, na forma do Estatuto.

Cláusula 19ª O Conselho Fiscal é a instância que atende aspectos administrativos e financeiros do CIRUSPAR e será constituído dentre os entes consorciados, respeitada a paridade entre as duas Regiões de Saúde, sendo que suas atribuições serão definidas em Estatuto próprio.

Parágrafo Único. Caberá à Assembleia Geral a escolha dos representantes do Conselho Fiscal, na forma do Estatuto.

Cláusula 20ª A Secretaria Executiva é a instância que coordena a operacionalização das atividades que compõem o CIRUSPAR e será constituída pelos seguintes cargos de provimento em Comissão: Coordenador Geral, Coordenador Médico, Coordenador de Enfermagem, Gerente Administrativo e Coordenador do Controle Interno, cuja indicação dar-se-á pelo Conselho Deliberativo, respeitadas as condições impostas em normativa pertinente.

Cláusula 21ª Cria-se no CIRUSPAR a Unidade de Controle Interno, constante disposto nos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal.

§ 1º O Coordenador do Controle Interno deverá ser ocupado por profissional, com escolaridade mínima de 3º grau, e conhecimento técnico na área de atuação.

§ 2º O Controlador Interno poderá ser designado dentre o quadro de pessoal do CIRUSPAR ou mediante a cedência de servidor público de algum dos entes que compõem o CIRUSPAR, com atribuição de função gratificada.

CAPÍTULO VII

DO REPRESENTANTE LEGAL DO CONSÓRCIO

Cláusula 22ª Os entes federados integrantes do Consórcio Público CIRUSPAR elegerão o Presidente e Vice-Presidente por maioria simples.

Cláusula 23ª O Presidente e o Vice-Presidente serão escolhidos, obrigatoriamente, dentre os prefeitos dos Municípios que compõem o Consórcio Público CIRUSPAR.

§1º O Mandato do Presidente e do Vice-Presidente será de 2 (dois) anos, permitida a recondução ao cargo para um único período subsequente.

§2º Os mandatos encerram-se no dia 31 de dezembro.

§3º O primeiro mandato inicia-se quando da escolha do representante em Assembleia Geral de aprovação do Estatuto, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012, sendo que os demais sempre no dia 1º de janeiro do ano seguinte à escolha.

CAPÍTULO VIII

DO PESSOAL

Cláusula 24ª O Consórcio Público contará com quadro de pessoal composto de Cargos de Provimento em Comissão, conforme Tabela I, em anexo e de Empregados Públicos, conforme Tabela II, admitidos por meio de processo seletivo público, de acordo com as normas que orientam a administração pública.

§1º O regime jurídico dos empregos será aquele previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, afastada qualquer disposição característica da carreira de servidor público, especialmente a estabilidade no serviço, sendo que serão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

§2ª A alteração no número de vagas, fixação da remuneração, da jornada de trabalho, das atribuições e lotação de cada um dos cargos será disciplinada pelo Conselho Deliberativo, na forma que definir o Estatuto.

§3ª O quadro de pessoal e disposições correlatas poderão ser alteradas pelo Conselho Deliberativo, na forma que definir o Estatuto.

Cláusula 25ª Poderão ser contratados profissionais por tempo determinado, sem restrição de número, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo Único. Os casos que demandem a contratação temporária serão avaliados e autorizados pelo Conselho Deliberativo.

Cláusula 26ª Os entes federados consorciados poderão ceder servidores que integrem seus

I - ASSEMBLEIA GERAL - composta por todos os entes consorciados, representando a instância máxima do consórcio;

II - CONSELHO DELIBERATIVO;

III - CONSELHO FISCAL;

IV - SECRETARIA EXECUTIVA.

Parágrafo Único. O Estatuto disciplinará a organização, composição, atribuições e funcionamento de cada um dos órgãos com a estrutura administrativa do CIRUSPAR.

Clausula 10ª. A Assembleia Geral é a instância máxima de deliberação do Consórcio Público, composta por todos os entes federativos, competindo-lhe a elaboração, aprovação e modificação do Estatuto do Consórcio com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos entes consorciados, bem como a discussão e deliberação sobre matérias de sua competência.

Clausula 11ª. Compete à Assembleia Geral:

- I - homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções;
- II - aplicar a pena de exclusão do quadro de consorciados;
- III - aprovar os estatutos e suas alterações;
- IV - eleger o Presidente e o Vice-Presidente para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente, bem como destituí-lo;
- V - ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os membros da Secretaria Executiva;
- VI - aprovar:

- a) o plano plurianual de investimentos;
- b) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;
- c) a realização de operações de crédito;
- d) a fixação, a revisão e o reajuste de taxas, tarifas e outros preços públicos do Consórcio;
- e) a alienação ou a oneração de bens do Consórcio;
- f) os planos e regulamentos;

VII - apreciar e sugerir medidas sobre:

- a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;
- b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

Clausula 12ª. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, a cada três meses, e extraordinariamente, quando for convocada pelo Presidente ou por, pelo menos, 1/5 dos entes consorciados.

Clausula 13ª. A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, reunir-se-á, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços), no mínimo, dos consorciados e, em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número.

Clausula 14ª. As deliberações da Assembleia Geral se darão por maioria simples de votos, exceto na elaboração, aprovação e alteração do Estatuto ou de dissolução do Consórcio, autorização para firmar Contratos de Gestão ou Termos de Parceria, quando será exigido o voto concorde de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos entes consorciados.

Clausula 15ª. A convocação da Assembleia Geral será feita através de veículo oficial de imprensa escrita de circulação regional, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias sucessivos.

Clausula 16ª. Em um mesmo edital serão feitas a primeira e a segunda convocação, dele constando a ordem do dia e o horário da sessão.

Clausula 17ª. Cada ente federativo integrante do Consórcio Público contará com um único voto nas reuniões da Assembleia Geral.

Clausula 18ª. O Conselho Deliberativo é a instância que define os aspectos operacionais do CIRUSPAR observadas as deliberações da Assembleia Geral e será constituído dentre os representantes de cada ente consorciado.

§1º. Caberá a Assembleia Geral a escolha dos membros do Conselho Deliberativo na forma do Estatuto.

Fluente em Comissão, conforme Tabela I, em anexo e de Empregados Públicos, conforme Tabela II, admitidos por meio de processo seletivo público, de acordo com as normas que orientam a administração pública.

§1º. O regime jurídico dos empregos será aquele previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, afastada qualquer disposição característica da carreira de servidor público, especialmente a estabilidade no serviço, sendo que serão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

§2º. A alteração no número de vagas, fixação da remuneração, da jornada de trabalho, das atribuições e lotação de cada um dos cargos será disciplinada pelo Conselho Deliberativo, na forma que definir o Estatuto;

§3º. O quadro de pessoal e disposições correlatas poderão ser alterados pelo Conselho Deliberativo, na forma que definir o Estatuto.

Clausula 25ª. Poderão ser contratados profissionais por tempo determinado, sem restrição de número, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo Único. Os casos que demandem a contratação temporária serão avaliados e autorizados pelo Conselho Deliberativo.

Clausula 26ª. Os entes federados consorciados poderão ceder servidores que integrem seus quadros, desde que permitido em sua Legislação.

CAPÍTULO IX

DO CONTRATO DE GESTÃO E TERMO DE PARCERIA

Clausula 27ª. O Consórcio Público poderá firmar Contratos de Gestão e Termos de Parceria, definidos na Lei n. 9.637/1998 e Lei n. 8.790/1999, respectivamente, por deliberação de 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral.

CAPÍTULO XI

DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Clausula 28ª. Os Municípios autorizam a gestão associada dos serviços públicos relacionados com a execução das finalidades consorciadas, em especial para:

- a) Manter em funcionamento as unidades de suporte básico e avançado, descentralizado em suas bases, observado o Plano de Atenção Integral às Urgências;
- b) Manter e gerenciar a estrutura de regulação e as estruturas regionais (Bases) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU);
- c) Manter em funcionamento a Central de Regulação Médica das Urgências, utilizando número exclusivo e gratuito - 192;
- d) Operacionalizar o funcionamento da Rede de Urgência e Emergência, equilibrando a distribuição da demanda de urgência e proporcionando resposta adequada e adaptada às necessidades do cidadão;
- e) Manter a regulação médica para o atendimento pré-hospitalar móvel de urgência, tanto em casos de traumas como em situações clínicas, prestando os cuidados médicos de urgência apropriados ao estado de saúde do cidadão e, quando se fizer necessário, transportá-lo com segurança e com o acompanhamento de profissionais da Rede de Atenção às Urgências até o ambulatório ou hospital;
- f) Regular e organizar as transferências inter-hospitalares de pacientes graves internados pelo SUS, ativando equipes apropriadas para as transferências de pacientes.

Clausula 29ª. Para a consecução da gestão associada, os entes transferem ao consórcio o exercício das competências de planejamento, da regulação, da fiscalização e da execução dos serviços públicos que se fizerem necessários ao cumprimento da cláusula segunda.

Clausula 30ª. Os Municípios prestam consentimento para o consórcio licitar ou outorgar concessão, permissão ou autorização na prestação dos serviços.

Clausula 31ª. Ao Consórcio somente é permitido comparecer a contrato de programa para:

- a) na condição de contratado, prestar serviços públicos relacionados ao objeto consorciado, por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, tendo como contratante Município consorciado;
- b) na condição de contratante, delegar a prestação de serviços públicos relacionados ao objeto consorciado a órgão ou entidade de ente consorciado.

Clausula 32ª. Os contratos de programa serão firmados em conformidade com a Lei Federal nº 11.107/2005 e com o Decreto Federal nº 6.107/2007 e celebrados mediante dispensa de licitação, nos termos do Inciso XXVI do Art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93.

Clausula 33ª. Os contratos de programa celebrados pelo consórcio poderão estabelecer a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços contratados.

Clausula 34ª. São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo consórcio público as que estabelecerem:

- a) o objeto, a área e o prazo da delegação dos serviços públicos contratados, inclusive a contratada, com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;
- b) o modo, a forma e as condições de prestação dos serviços;
- c) os critérios, indicadores, e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;
- d) os direitos, garantias e obrigações do contratante e do prestador, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futuras alterações e expansões dos serviços;
- e) as penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita o prestador dos serviços, inclusive quando consórcio público, e sua forma de aplicação;
- f) os casos de extinção;
- g) os bens reversíveis;
- h) a obrigatoriedade, a forma e a periodicidade da prestação de contas do consórcio público ou de outro prestador dos serviços, no que se refere à prestação dos serviços por gestão associada de serviço público;
- i) a periodicidade conforme a qual os serviços serão fiscalizados;
- j) o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

Cláusula 55ª. As partes sinalizadas se comprometem a empreender todas as ações necessárias a implementar, no menor tempo possível, as determinações constantes neste Protocolo de Intenções Substitutivo.

Cláusula 56ª. Com o presente Protocolo de Intenções Substitutivo ficam convalidados os atos até então praticados, especialmente o acordo de vontades dos entes subscritores em constituir o Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná - CIRUSPAR, mediante a subscrição do Protocolo de Intenções firmado em 15/08/2011 e ratificação por Lei.

E assim, por estarem devidamente ajustados, elegem o Foro da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, para dirimir eventuais controvérsias, firmando o presente Protocolo de Intenções em 3 (três) vias de igual forma e teor para publicação nos órgãos de imprensa oficiais de cada ente signatário.

Pato Branco, 10 de novembro de 2011.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 146/2011, referente a contratação de empresa para prestação de serviços na elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Saúde do Iguaçu - PR, conforme previsto na Lei nº 11.124 e Resoluções nº 2 e 7 do Conselho Gestor do FNHIS, para adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS - conforme Pregão Presencial nº 020/2011, e contrato firmado em 04/05/2011, entre o Prefeito Municipal de Saúde do Iguaçu, pessoas jurídicas de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 95.585.477/0001-92, estabelecida na Rua Frei Vito Bertscheid, 708, nesta cidade, representada por seu Prefeito Municipal, senhor Rogério Gallina, portador do CPF nº 788.204.059-20 e do RG nº 4675022-5 SSP/PR, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa J. A. ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, com sede na Cidade de Francisco Beltrão - Paraná, na Rua Vereador Romeu Lauro Werlang, nº 708 Sala 02, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 07.271.280/0001-11, neste ato representada por Juan Artigas Souza Luz, Engenheiro Agrônomo, CPF nº 338.699.600-00, RG nº 4.785.359-1, doravante designado CONTRATADA.

CLAUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo de execução do contrato acima citado passando seu vencimento para 04/01/2012, com fundamento no artigo 57, § 1º, II da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas permanecem inalteradas e de acordo com o contrato original.

E por estarem assim justos e acordados, as partes assinam o presente Termo em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Saúde do Iguaçu, 04 de novembro de 2011.

CONTRATANTE: ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

CONTRATADA: J. A. ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA
Sec. Mun. de Administração

- a) os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;
- b) as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;
- c) o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;
- d) a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;
- e) a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao prestador dos serviços, inclusive quando este for o consórcio; e
- f) o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser arrolados mediante recibos de tarifas, taxas ou outras empenhas da prestação dos serviços.

Cláusula 36ª. Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade da administração direta do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo prestador dos serviços pelo período em que vigorar o contrato de programa.

Cláusula 37ª. O contrato de programa poderá autorizar o consórcio a emitir documentos de cobrança e a exercer atividades de arrecadação de taxas, de tarifas e outros preços públicos pelos serviços públicos prestados pelo consórcio ou por este delegados.

Cláusula 38ª. Nas operações de crédito contratadas pelo prestador dos serviços para investimentos nos serviços públicos deverá indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

Cláusula 39ª. Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

Cláusula 40ª. A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e à viabilidade da prestação dos serviços pelo prestador, por razas de economia de escala ou de escopo.

Cláusula 41ª. O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

COMARCA DE PATO BRANCO
CARTÓRIO VEIIRA
Tabelião: Abigail Vieira Sanabria
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 2.450

NOME: VALDECIR BETTI
CPF: RG

NOME: ROGERIO GALLINA
CPF: RG

- a) o titular se retirar do consórcio ou da gestão associada, e
- b) extinção do consórcio.

Cláusula 42ª. O consorciado adimplente tem o direito de exigir dos demais o cumprimento das obrigações previstas no presente Protocolo de Intenções que, depois de ratificado por Lei de cada ente consorciado, se constitua em Contrato de Consórcio Público.

Cláusula 43ª. O Regulamento Interno definirá a forma de pagamento, inadimplências, multas e ingresso de novos consorciados.

Encontram-se neste Ofício situado à Rua Iguaçu, 476 - Sala 465 - 4º andar nesta cidade, para protesto, os títulos de responsabilidade dos devedores a seguir discriminados:

Distribuído e protocolado em: 09/11/2011 sob nº 201111 019549
Sede: COSTA E SILVA COM DE PERE E COSMI LTDA
Endereço: RUA EUROPA,543 PINHEIROS
CNPJ/CPF: 07.365.463/0001-77
Nº Título: 5530/103
Cujos valores encontram-se inscritos na Fatura (A) do item 1 da Tabela XV - Lei 13.611/02

Natureza do Título: DUPLICATA VENDA MERCANTIL
Vencimento: 31/10/2011

Distribuído e protocolado em: 09/11/2011 sob nº 201111 019591
Sede: COSTA E SILVA COM DE PERE E COSMI LTDA
Endereço: RUA EUROPA,543 PINHEIROS
CNPJ/CPF: 07.365.463/0001-77
Nº Título: 5530/103
Cujos valores encontram-se inscritos na Fatura (A) do item 1 da Tabela XV - Lei 13.611/02

Natureza do Título: DUPLICATA VENDA MERCANTIL
Vencimento: 31/10/2011

Distribuído e protocolado em: 09/11/2011 sob nº 201111 019589
Sede: RIBICÁRIQUIL INSUMOS E SISTEMAS IRRIGA

DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FACTUADAS

Cláusula 42ª. O consorciado adimplente tem o direito de exigir dos demais o cumprimento das obrigações previstas no presente Protocolo de Intenções que, depois de ratificado por Lei de cada ente consorciado, se constitua em Contrato de Consórcio Público.

Cláusula 43ª. O Regulamento Interno definirá a forma de pagamento, inadimplências, multas e ingresso de novos consorciados.

ANEXO II - EMPREGOS PÚBLICOS ADMITIDOS POR SELEÇÃO PÚBLICA

1	COORDENADOR GERAL	R\$-4.500,00
1	COORDENADOR MÉDICO	R\$- 6.500,00
1	COORDENADOR ENFERMAGEM	R\$-3.500,00
1	COORDENADOR ADMINISTRATIVO	R\$-3.000,00
1	COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO	R\$ -2.000,00
1	CONTADOR	R\$-1.800,00
1	ADVOGADO	R\$-1.800,00
12	AUX. ADMINISTRATIVO	R\$-900,00

ANEXO I - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Município de Salto do Lontra	Município de Santa Izabel do Oeste
Município de Santo Antonio do Sudoeste	
Município de São João	Município de São Jorge do Oeste
Município de Saúde do Iguaçu	Município de Sulina
Município de Verê	Município de Vitorino

Encotram-se neste Ofício situado à Rua Itaguá, 476 - Sala 405 - 4º andar nesta cidade, para protesto, os títulos abaixo responsabilidades dos devedores a seguir discriminados:

Distribuído e protocolado em: 09/11/2011 sob nº 201111 015949
 Sacado: COSTA E SILVA COM DE PERE E COSMI LTDA
 Endereço: RUA EUROPA,543, PINHAIS
 CNPJ/CNPJ: 07.365.463/0001-77
 Natureza do Título: DUPLICATA VENDA MERCANTIL
 Nº. Título: 593001/03
 Vencimento: 31/10/2011
 Cujos valor encontra-se inserido na Faixa (A) do item 1 da Tabela XV - Lei 13.611/02.

Distribuído e protocolado em: 09/11/2011 sob nº 201111 015950
 Sacado: COSTA E SILVA COM DE PERE E COSMI LTDA
 Endereço: RUA EUROPA,543, PINHAIS
 CNPJ/CNPJ: 07.365.463/0001-77
 Natureza do Título: DUPLICATA VENDA MERCANTIL
 Nº. Título: 522030/03
 Vencimento: 31/10/2011
 Cujos valor encontra-se inserido na Faixa (A) do item 1 da Tabela XV - Lei 13.611/02.

Distribuído e protocolado em: 09/11/2011 sob nº 201111 015989
 Sacado: IRRIGARURAL INSUMOS E SISTEMAS IRRIGA
 Endereço: RUA, LAGO BAGGIO, SN CENTRO BOM SUCESSO DO SUL
 CNPJ/CNPJ: 11.502.964/0001-54
 Natureza do Título: DUPLICATA VENDA MERCANTIL
 Nº. Título: 000530/02
 Vencimento: 29/10/2011
 Cujos valor encontra-se inserido na Faixa (B) do item 1 da Tabela XV - Lei 13.611/02.

Distribuído e protocolado em: 09/11/2011 sob nº 201111 015977
 Sacado: GILSO DE ALMEIDA
 Endereço: RUA, LAGO BAGGIO, SN CENTRO BOM SUCESSO DO SUL
 CNPJ/CNPJ: 12.745.161/0001-93
 Natureza do Título: DUPLICATA VENDA MERCANTIL
 Nº. Título: 2070075A
 Vencimento: 07/11/2011
 Cujos valor encontra-se inserido na Faixa (A) do item 1 da Tabela XV - Lei 13.611/02.

Distribuído e protocolado em: 09/11/2011 sob nº 201111 015988
 Sacado: ALLAN RAFAEL DOS SANTOS
 Endereço: AV PARANA 599 UNIJARAMA
 CNPJ/CNPJ: 10.970.328/0001-94
 Natureza do Título: DUPLICATA VENDA MERCANTIL
 Nº. Título: 12689/GNRE
 Vencimento: 29/10/2011
 Cujos valor encontra-se inserido na Faixa (A) do item 1 da Tabela XV - Lei 13.611/02.

Distribuído e protocolado em: 09/11/2011 sob nº 201111 015990
 Sacado: ALLAN RAFAEL DOS SANTOS
 Endereço: AV PARANA 599 UNIJARAMA
 CNPJ/CNPJ: 10.970.328/0001-94
 Natureza do Título: DUPLICATA VENDA MERCANTIL
 Nº. Título: 100/0921
 Vencimento: 31/10/2011
 Cujos valor encontra-se inserido na Faixa (A) do item 1 da Tabela XV - Lei 13.611/02.

Distribuído e protocolado em: 09/11/2011 sob nº 201111 015922
 Sacado: IVAIR LAURINDO DA SILVA
 Endereço: RUA, LAGO BAGGIO, SN CENTRO BOM SUCESSO DO SUL
 CNPJ/CNPJ: 023.188.929/00-56
 Natureza do Título: DUPLICATA POR INDICAÇÃO
 Nº. Título: 001
 Vencimento: 29/10/2011
 Cujos valor encontra-se inserido na Faixa (A) do item 1 da Tabela XV - Lei 13.611/02.

Distribuído e protocolado em: 09/11/2011 sob nº 201111 015923
 Sacado: DE BONA TINTAS
 Endereço: RUA, LAGO BAGGIO, SN CENTRO BOM SUCESSO DO SUL
 CNPJ/CNPJ: 04.882.846/0001-53
 Natureza do Título: DUPLICATA POR INDICAÇÃO
 Nº. Título: 1978/3
 Vencimento: 27/10/2011
 Cujos valor encontra-se inserido na Faixa (A) do item 1 da Tabela XV - Lei 13.611/02.

Distribuído e protocolado em: 09/11/2011 sob nº 201111 015926
 Sacado: DE BONA TINTAS
 Endereço: RUA, LAGO BAGGIO, SN CENTRO BOM SUCESSO DO SUL
 CNPJ/CNPJ: 04.882.846/0001-53
 Natureza do Título: DUPLICATA POR INDICAÇÃO
 Nº. Título: 2566/1
 Vencimento: 27/10/2011
 Cujos valor encontra-se inserido na Faixa (A) do item 1 da Tabela XV - Lei 13.611/02.

Por não ter sido possível encontrar os responsáveis ou por se recusarem a tomar ciência, pelo presente intimo, para todos os fins de direito e ao mesmo tempo os certifico de que se não atendido no prazo legal de 180 (180) dias, com vencimento no prazo de 15/11/2011, será lavrado os respectivos protestos.

Pato Branco, 10 de Novembro de 2011.

ABEGALL VIEIRA SAMARA
 TABELA

Município de Sulina
Município de Vitorino
Município de Vere

ANEXO I – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

1	COORDENADOR GERAL	R\$-4.500,00
1	COORDENADOR MÉDICO	R\$- 8.500,00
1	COORDENADOR ENFERMAGEM	R\$-3.500,00
1	COORDENADOR ADMINISTRATIVO	R\$-3.000,00
1	COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO	R\$- 2.000,00

ANEXO II – EMPREGOS PÚBLICOS ADMITIDOS POR SELEÇÃO PÚBLICA

1	CONTADOR	R\$-1.800,00
1	ADVOGADO	R\$-1.800,00
12	AUX. ADMINISTRATIVO	R\$-900,00
2	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	R\$-900,00
1	COORD. ALMOXARIFADO E FROTA	R\$-1.800,00
12	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	R\$-650,00
2	RECEPCIONISTAS	R\$-650,00
18	MÉDICOS REGULADORES	R\$-5.152,00
10	TARMS	R\$-900,00
7	RÁDIO OPERADORES	R\$-900,00
28	MÉDICOS INTERVENACIONISTAS	R\$-5.152,00
24	ENFERMEIROS	R\$-2.300,00
1	FARMAGÉUTICO	R\$-2.080,00
96	CONDUTORES	R\$-900,00
72	TÉCNICOS DE ENFERMAGEM	R\$-900,00

1 - R\$ 644,00 por plantão 12 Horas - 2 profissionais 24horas - 17 profissionais 20 horas
 2 - postos de trabalho = 3dia/2noite
 3 - profissional 30 horas

PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
 Rua Elpidio dos Santos, s/n - Fone/Fax (46) 3245 1130
 CEP - 85548-000 Honório Serpa - Pr

Decreto nº 115/2011
SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do exercício financeiro de 2011.
 O Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei nº 375/2011 de 25/11/2010,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2011, um crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais), para reforço de dotação consignada no orçamento vigente a saber:

10.00 Departamento de Esportes
 10.02 Setor de Cultura
 3.3.90.31 - Prem.Cult.Artist.Cient.Desp.e Outras Fonte 1000 R\$ 5.900,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior é indicado como recurso a anulação parcial de dotação consignada no orçamento vigente a saber:

10.02 Departamento de Esportes
 10.02 Setor de Cultura
 1002.1339200062.029-Manutenção das Atividades Culturais

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
 Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, em 10 de Novembro de 2011.
 Rogério Antonio Bonin
 Prefeito Municipal

dos serviços pelo prestador, por razões de economia de escala ou de escopo.
 Cláusula 41ª. O contrato de programa continuará vigente nos casos de:
 a) o titular se retirar do consórcio ou da gestão associada, e
 b) extinção do consórcio.

CAPÍTULO XII
DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS
 Cláusula 42ª. O consorciado adimplente tem o direito de exigir dos demais o cumprimento das obrigações previstas no presente Protocolo de Intenções que, depois de ratificado por Lei de cada ente consorciado, se constituirá em Contrato de Consórcio Público.

CAPÍTULO XIII
DO CONTRATO DE RATEIO
 Cláusula 44ª. A fim de transferir recursos ao consórcio público, será formalizado, em cada exercício financeiro, contrato de rateio entre os entes consorciados.
 §1º. o prazo de vigência do contrato não será superior ao das dotações que o suportarem, ressalvadas as hipóteses dispostas no § 1º, artigo 8º, da Lei Federal nº 11.107/2005.
 §2º. Cada ente consorciado efetuará a prestação de dotações suficientes na Lei orçamentária ou em créditos adicionais, sob pena de suspensão e, depois, exclusão do Consórcio Público.

CAPÍTULO XIV
DA RETIRADA, EXCLUSÃO DO ENTE CONSORCIADO E DESTINAÇÃO DE BENS
 Cláusula 45ª. Serão obedecidos os critérios de retirada, exclusão e destinação de bens do ente consorciado expressos nos Capítulos IV e V do Decreto Federal nº 6.017/07, sendo as especificidades estabelecidas quando da elaboração do Estatuto pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO XV
DA ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO
 Cláusula 46ª. O presente Protocolo de Intenções, convertido em Contrato de Consórcio Público por ratificação das Câmaras de Vereadores de pelo menos 2 (dois) entes signatários, somente poderá ser alterado ou extinto após aprovação de instrumento pela Assembleia Geral, por 2/3 (dois terços), e ratificado mediante Lei por todos os entes consorciados.

CAPÍTULO XVI
DA RATIFICAÇÃO
 Cláusula 47ª. Após sua assinatura, o presente Protocolo de Intenções Substitutivo será submetido à ratificação pelas Câmaras de Vereadores de cada ente signatário, quando se converterá em Contrato de Consórcio Público, nos termos da cláusula anterior.

CAPÍTULO XVII
DISPOSIÇÕES GERAIS
 Cláusula 48ª. Como forma de garantir simultaneidade, recomenda-se que as leis de ratificação prevejam a sua entrada em vigor no dia 30 de outubro de 2011.

CAPÍTULO XVIII
DISPOSIÇÕES GERAIS
 Cláusula 49ª. O CIRUSPAR observará os princípios da administração pública, especialmente no que atine à aquisição de bens e serviços e publicidade de seus atos, de acordo com a Lei 8.666/93.
 Cláusula 50ª. Os entes consorciados poderão ceder ao CIRUSPAR servidores e bens móveis e imóveis, observada a legislação própria.

CAPÍTULO XIX
DISPOSIÇÕES GERAIS
 Cláusula 51ª. Os critérios, condições e valores destinados ao financiamento das atividades do CIRUSPAR serão pactuados em Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
 Cláusula 52ª. Os entes consorciados somente entregarão recursos financeiros ao CIRUSPAR mediante contrato de rateio, observado o artigo 13 do Decreto Federal nº 6017/07.

CAPÍTULO XX
DISPOSIÇÕES GERAIS
 Cláusula 53ª. A delegação de competências dos Chefes do Poder Executivo serão admitidas para o cumprimento de atribuições, desde que devidamente publicados.
 Cláusula 54ª. Os casos omissos serão dirimidos em conformidade com a previsão na Lei Federal nº 11.107/2005 e no Decreto Federal nº 6.017/2007, que disciplina os consórcios públicos.